

Ivan Vale de Sousa  
(Organizador)

**Grandes**

**Temas da**

**Educação**

**Nacional 3**

**Ivan Vale de Sousa**  
(Organizador)

# **Grandes Temas da Educação Nacional**

## **3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes e Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G752 Grandes temas da educação nacional 3 [recurso eletrônico] /  
Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Grandes Temas da Educação Nacional; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-233-3

DOI 10.22533/at.ed.33319

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.  
I. Sousa, Ivan Vale de. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



## APRESENTAÇÃO

As práticas educativas partem das finalidades inseridas em cada ação e estabelecem as conexões necessárias no processo de ensino e aprendizagem. Este terceiro volume do livro *Grandes Temas da Educação Nacional* traz uma nova roupagem de ideias aos leitores, além de promover a mobilização de novos saberes.

Partindo dos objetivos de aprendizagem, este livro apresenta aos diversos leitores e interlocutores das ideias que aqui tomam formas, a estruturação de vinte e um trabalhos que trazem as características de seus autores, que ora transitam nas funções de pesquisadores, ora ocupam o lugar epistêmico de autores que interligam as conexões reflexivas com os diferentes contextos de uso.

No primeiro capítulo, o autor discute a relevância do letramento social a partir da produção do gênero textual carta pessoal realizada com alunos dos anos finais do ensino fundamental, apresentando os contextos de elaboração e as características de produção. No segundo capítulo, a discussão sobre letramento perpetua-se, agora na contextualização acadêmica e na modalidade da educação a distância, em um curso de Extensão de Redação Científica.

O terceiro capítulo preocupa-se na apresentação de um estudo sobre o processo de produção textual de alunos do curso de Letras da Universidade Estadual de Roraima, analisando como o processo de ensino-aprendizagem é estabelecido. As reflexões realizadas no quarto trabalho partem de uma análise comparativa da semântica em textos bíblicos, tendo como ponto de partida os conceitos de significado, os sentidos e as referências propostas no texto sagrado.

No quinto capítulo, o fenômeno semântico da polissemia é tomado como ponto de partida, tendo por base a análise de um livro didático do nono ano do ensino fundamental, como suporte diverso dos gêneros textuais. Os autores do sexto capítulo fundamentam-se na Lei nº 10.639/03, discutem os impactos nas formas de enxergar a imagem do sujeito negro, da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de educação do país.

O sétimo capítulo analisa seis itens da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo como ano de reflexão, a avaliação realizada em 2015, em que os autores examinam o vínculo com as respectivas competências de área. No oitavo capítulo, a autora apresenta uma proposta de investigação relativa à mediação como fomentadora da imaginação nas atividades de leitura e no empoderamento discente como sujeito autônomo e proficiente.

Os autores do nono capítulo aventuram-se na apresentação discursiva dos primórdios à Reforma Universitária do Ensino Superior no Brasil, partindo do período Brasil-Colônia à década de 60, utilizam-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo. No décimo capítulo, as perspectivas avaliativas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia de uma instituição federal do estado de Pernambuco são tomadas como foco de discussão e análise na prevalência do processo de formação do profissional

pedagogo.

As discussões do décimo primeiro capítulo investigam a atuação do profissional pedagogo em um hospital particular no município de Imperatriz, estado do Maranhão, fundamentando-se na pesquisa bibliográfica e investigação de campo. No décimo segundo capítulo compreendem-se os elementos presentes na formação inicial do pedagogo, além de contribuir na atuação do profissional na função de gestor escolar.

No décimo terceiro capítulo as questões referentes à inclusão são discutidas a partir da Lei nº 10.436/02 e do Decreto 5.626/05 que regulamentam a Língua Brasileira de Sinais nos cursos de licenciaturas e fonoaudiologia, considerando as especificidades da Comunidade Surda. O décimo quarto capítulo os autores investigam o papel da instituição escolar no processo de inclusão. Já décimo quinto capítulo inter-relaciona teoria e prática na formação docente para os contextos fundamental e médio na cidade de Monte Carmelo, no estado de Minas Gerais.

Os autores do décimo sexto capítulo propõem frutíferas reflexões mediante as identidades do homem caipira e do cowboy nas propagandas publicitárias, esclarecendo alguns estereótipos estabelecidos na constituição do sujeito. No décimo sétimo capítulo há uma descrição reconstitutiva da linha do tempo e histórica das áreas de Eletroterapia e da Estética como estratégia de ensino e aprendizagem do curso de Estética e Cosmética da Universidade de Fortaleza.

No décimo oitavo capítulo, as metodologias ativas são definidas e discutidas na aproximação com as Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramentas capazes de auxiliar o processo de compreensão das metodologias ativas. No décimo nono capítulo, além de descrever e comparar o novo modelo de recrutamento dos participantes do Grupo de Estudos Tecnológicos (GET) de Concreto à luz das atividades extracurriculares do curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade de Fortaleza propõe outras reflexões.

No vigésimo capítulo, os autores analisam como o Projeto Jovens do Semiárido tem colaborado no desenvolvimento às populações locais no interior do Piauí, além de estimularem o acesso ao conhecimento como maneira de empoderamento. Já no vigésimo primeiro e último capítulo a questão do plágio é o ponto de investigação, sobretudo na contextualização da mediação pedagógica.

Aos leitores e interlocutores deste livro são bem-vindas as interrogações e a ampliação dos múltiplos conhecimentos que podem ser produzidos pela multiplicidade reflexiva em que cada autor revela uma forma peculiar de discutir os assuntos que aqui tomaram forma e foram capazes de comunicar. Por fim, como organizador da identidade de *Grandes Temas da Educação Nacional*, desejo excelentes leituras e boas reflexões.

Prof. Me. Ivan Vale de Sousa

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LETRAMENTO SOCIAL E CARTA PESSOAL NO ENSINO BÁSICO: CONTEXTUALIZAÇÃO E PRODUÇÃO	
<i>Ivan Vale de Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333191</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
LETRAMENTO ACADÊMICO NA MODALIDADE EAD: DESIGN INSTRUCIONAL DE UM CURSO DE EXTENSÃO DE REDAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333192</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DE ALUNOS DO CURSO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	
<i>Evanilde Miranda de Freitas Guimarães</i> <i>Jairzinho Rabelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333193</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A SEMÂNTICA EM TEXTOS BÍBLICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	
<i>Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333194</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
O FENÔMENO SEMÂNTICO DA POLISSEMIA ABORDADO POR UM LIVRO DIDÁTICO DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Livia Oliveira Biscotto</i> <i>Maria Cristina Ruas de Abreu Maia</i> <i>Maria Rita Francisca Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333195</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM DO SUJEITO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS ANTES E APÓS A LEI Nº 10.639/03	
<i>Tatianne Silva Santos</i> <i>Tânia Regina Vieira</i> <i>Danilo Rabelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333196</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
OS CONHECIMENTOS REQUERIDOS PELO ENEM - O QUE AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BUSCAM MEDIR?	
<i>Claudia Helena Azevedo Alvarenga</i> <i>Tarso Bonilha Mazzotti</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333197</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
ATIVIDADES MEDIADAS DE LEITURA QUE FOMENTAM A IMAGINAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO DISCENTE	
<i>Aline Salucci Nunes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333198</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>102</b>
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS À REFORMA UNIVERSITÁRIA	
<i>Emillia C Gonçalves dos Santos</i>	
<i>Roberta Oliveira Silva Graziani</i>	
<i>Yasmin Saba de Almeida</i>	
<i>Rafael Santos da Costa</i>	
<i>Caroline Brelaz Chaves Valois</i>	
<i>Boaz Ramos de Avellar Júnior</i>	
<i>Viviani Bento Costa Barros da Rocha</i>	
<i>Márcia Cristina Alves Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.333199</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>129</b>
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUAS RELAÇÕES COM AS NOVAS PERSPECTIVAS AVALIAÇÃO	
<i>Ana Maria da Cunha Rego</i>	
<i>Ana Patrícia Soares Pessoa</i>	
<i>Silvio Gleisson Bezerra</i>	
<i>Maurício Ademir Saraiva de Matos</i>	
<i>Benôni Cavalcanti Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3331910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>140</b>
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM UM HOSPITAL PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ- MA	
<i>Steffany Santos da Silva</i>	
<i>Cleres Carvalho do Nascimento Silva</i>	
<i>Maria Claudia Lima Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3331911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>149</b>
O CURSO DE PEDAGOGIA E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR	
<i>Lucilene Schunck Costa Pisaneschi</i>	
<i>Luana Monteiro Maciel</i>	
<i>Rosemary Roggero</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3331912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>160</b>
ALIBRAS COMO DISCIPLINA NOS CURSOS DE LICENCIATURA NO IFSULDEMINAS	
<i>Ísis Andressa Ribeiro de Araújo</i>	
<i>Mônica Ribeiro de Araújo</i>	
<i>Giovanna da Conceição Massafera Paiva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3331913</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 164**

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO CARNEIRO DOS SANTOS PARA A COMUNIDADE SURDA DE MANAUS: UM CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL

*Suelem Maquiné Rodrigues*

*Sara Vitor Magalhães*

*Allan Cerdeira Miranda*

**DOI 10.22533/at.ed.3331914**

**CAPÍTULO 15 ..... 175**

FORMAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NA CIDADE DE MONTE CARMELO/MG - BRASIL

*Rafael César Bolleli Faria*

*Natália Miranda Goulart*

**DOI 10.22533/at.ed.3331915**

**CAPÍTULO 16 ..... 183**

DO CAIPIRA AO COWBOY: AS IDENTIDADES DO HOMEM DO CAMPO NAS PROPAGANDAS PUBLICITÁRIAS

*Bruno Silva de Oliveira*

*Ítalo Rafael de Castro*

*Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.3331916**

**CAPÍTULO 17 ..... 194**

LINHA DO TEMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO EM CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

*Aline Barbosa Teixeira Martins*

*Bárbara Karen Matos Magalhães Rodrigues*

*Mariza Araújo Marinho Maciel*

*Bruna Elaine Cabral Azevedo Ponte*

**DOI 10.22533/at.ed.3331917**

**CAPÍTULO 18 ..... 202**

METODOLOGIAS ATIVAS, O QUE SÃO AFINAL?

*Lin Shr Uen*

*Caroline Fernandes-Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.3331918**

**CAPÍTULO 19 ..... 210**

METODOLOGIA DE DIVULGAÇÃO, SELEÇÃO E TREINAMENTO DE DISCENTES PARA O GRUPO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS UNICONCRETO

*Bruno da Silva Sales*

*Matheus Fontenele Rocha*

*Larissa Lima Melo*

*Davi Araújo Braga Brasil*

*Ivo Almino Gondim*

**DOI 10.22533/at.ed.3331919**



<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>219</b>
NOVOS PROTAGONISTAS DO SEMIÁRIDO: COMO A EDUCOMUNICAÇÃO TEM INFLUENCIADO A VIDA DE JOVENS NO INTERIOR DO PIAUÍ	
<i>Ben Rholdan Sousa Pereira</i>	
<i>Lourival da Cruz Galvão Júnior</i>	
<i>Monica Franchi Carniello</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3331920</b>	
<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>233</b>
PROFESSOR NÃO É POLÍCIA DO CONTROL C INVESTIGANDO O PLÁGIO NA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	
<i>Silvana Aparecida Pires Leodoro</i>	
<i>Elisabeth dos Santos Tavares</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3331921</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>249</b>

## O CURSO DE PEDAGOGIA E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

### **Lucilene Schunck Costa Pisaneschi**

Doutoranda em Políticas Educacionais – PPGE-  
UNINOVE

lupisaneschi@yahoo.com.br

### **Luana Monteiro Maciel**

Graduanda em Pedagogia – Faculdade de  
Educação, UNINOVE.

luana.monteiro.adm@gmail.com

### **Rosemary Roggero**

Professora Dra. Do Programa de Pós-Graduação  
da UNINOVE

roseggero@uol.com.br

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objetivo compreender quais os elementos presentes na formação inicial do pedagogo que podem contribuir para a atuação desse profissional na direção escolar. Para esse fim procuramos analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (DCNP) no que diz respeito às disciplinas voltadas para formação do diretor de escola, especialmente no que se refere à gestão de pessoas e, escutar a opinião de profissionais formados que, hoje, atuam em escolas básicas em relação às contribuições do referido curso no exercício da sua profissão. Para respondermos à questão proposta procuramos identificar as disciplinas presentes nas DCNP vinculadas à formação do diretor escolar e compreender os desafios que

esses profissionais vivenciam no cotidiano do seu exercício profissional em uma perspectiva democrática. Por se tratar de uma pesquisa exploratória optamos por uma metodologia de natureza qualitativa que tem como alicerces o levantamento bibliográfico-documental associado a entrevistas, semiestruturadas que foram realizadas com três diretoras de escola da cidade de São Paulo. A investigação nos mostrou que a amplitude de propósitos do curso de Pedagogia e a quantidade reduzida das disciplinas voltadas para a formação profissional do gestor escolar contribuem muito pouco para a atuação desses educadores na condução do seu ofício.

**PALAVRAS CHAVE:** Diretor Escolar, Formação do Pedagogo, Gestão de pessoas, Gestão democrática, Matriz Curricular.

**ABSTRACT:** This research aims to understand what elements present in the initial formation of the pedagogue that can contribute to the performance of this professional in the school direction. To this end, we seek to analyze the National Curricular Guidelines for the Pedagogy Course (DCNP) with regard to the disciplines directed to the formation of the school director, especially with regard to the management of people and listen to the opinion of trained professionals who, Today, work in basic schools in relation to the contributions or not made

possible by said course. To answer the proposed question we highlight as objectives the identification of the disciplines present in the DCNP linked to the training of the school director and to understand the challenges that these professionals experience in the daily life of their professional practice in a democratic perspective. Because it is an exploratory research linked to the activities of scientific initiation, we opted for a methodology of a qualitative nature that has as a foundation the bibliographic and documentary survey associated to semistructured interviews conducted with three school principals in the city of São Paulo. Research has shown that the breadth of Purposes of the Pedagogy course and the reduced amount of the subjects directed to the professional training of the school administrator contribute very little to the performance of these educators in the conduct of their craft.

## INTRODUÇÃO

A abordagem aqui desenvolvida envolve a formação das autoras, sua atuação profissional e seus interesses acadêmicos, mas também revela o desejo da participante do programa de Iniciação Científica que, já tendo uma formação superior em administração de empresas e cursando pedagogia, pensava em reunir os conhecimentos das duas áreas. A preocupação inicial era saber se o pedagogo, quando conclui sua formação inicial, está apto a assumir a direção de escola tendo em vista que a matriz curricular do curso de Pedagogia oferece um leque de disciplinas voltadas para as mais diferentes possibilidades de atuação profissional.

Segundo o documento "Retrato da Rede", publicado em 2016 pelo Sindicato dos Especialistas da Educação da Cidade de São Paulo, (SINESP), que entrevistou 575 gestores, o maior desafio enfrentado pelos diretores diz respeito à gestão de pessoas. Tal constatação levou a investigar como o curso de Pedagogia prepara os futuros diretores, tendo como foco, a gestão de pessoas em perspectiva democrática.

Veiga (1997, p. 18) defende que:

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

A busca pela instituição de uma política democrática na educação não é recente. Viana (1986) afirma que, entre os anos 1960-1970, o tema da democratização escolar tomou boa parte das discussões e dos debates pedagógicos, tanto no setor público quanto no privado. A constituição de 1988 consagrou, pelo menos do ponto de vista legal, o princípio da gestão democrática do ensino público. Entretanto, o estabelecimento legal não dá conta dos desafios enfrentados, na prática, na constituição de uma gestão que seja, de fato, democrática.

Diante desses elementos, a primeira ação da pesquisa vinculou-se à identificação, no interior da matriz curricular do curso de Pedagogia, das disciplinas especificamente

voltadas para a formação do diretor de escola. Em seguida, procuramos compreender quais são os desafios que esses profissionais enfrentam no seu dia-a-dia profissional no que se refere ao estabelecimento de uma prática democrática junto a seus pares.

A hipótese inicial é a de que o profissional formado no Curso de Pedagogia não chega à escola preparado para exercer uma atividade no âmbito da gestão de pessoas tendo como princípio orientador do seu exercício profissional, as relações democráticas.

Para verificar essa hipótese, uma das referências utilizadas foi a pesquisa realizada por Gatti e Barreto (2009), que estudaram as matrizes curriculares de 71 cursos de Pedagogia, no Brasil. Também foram levantadas as competências que regem a formação inicial nesse campo, conforme a Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e, finalmente, relacionamos os dados obtidos às entrevistas realizadas com três diretoras escolares, sendo uma da Rede Estadual de Educação de São Paulo, uma da Rede Municipal de Educação de São Paulo e uma da Rede particular de ensino.

## **PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Para Mattar (2001), a pesquisa exploratória visa fornecer ao pesquisador conhecimentos básicos sobre o problema de pesquisa, sendo mais apropriada quando há pouca ou nenhuma compreensão sobre o fenômeno a ser estudado. Essa perspectiva nos parece adequada a um trabalho de iniciação científica, no qual o exercício investigativo é, ainda, embrionário.

Mattar também afirma que “uma particular hipótese expletiva surgida durante a pesquisa exploratória procederá mais promissora do que as outras” (2001, p. 19). Assim, a pesquisa exploratória pode gerar informações sobre as outras possibilidades concretas relativas à condução de pesquisa, em diversas derivações ou aprofundamentos do projeto.

Além disso, para atender aos objetivos aqui propostos utilizamos uma pesquisa de natureza qualitativa que associou estudos bibliográficos, análise documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com duas diretoras de escolas da rede pública e uma da rede privada da Cidade de São Paulo. Os critérios de escolha das entrevistadas levaram em consideração o tempo no cargo (mais de dez anos) e a diversidade institucional das escolas onde essas profissionais atuam.

As referências utilizadas na construção do contexto e também para a análise da pesquisa têm como base as contribuições de Bernadete Gatti & Elba Siqueira de Sá Barreto (2009); Pisaneschi (2008) e Rocha (2014), no que diz respeito aos elementos que nos ajudaram a compreender a dinâmica e as fragilidades do Curso de Pedagogia; de Frigotto (1996) e Vitor Paro (2006) quanto às dificuldades e às possibilidades de constituição de uma gestão democrática no seio da escola básica; e de Maria de

Fátima Costa Félix (1984) para a análise da estrutura burocrática do sistema escolar brasileiro.

## HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Desde sua criação no Brasil, em 1939, vem-se buscando identificar o papel do pedagogo e a identidade do curso de Pedagogia. Segundo estudos realizados por Rocha (2014) o curso de Pedagogia sempre esteve envolvido nos embates entre a formação do bacharel e a do licenciado. Da década de 1930 até a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, o curso de Pedagogia sofreu muitas reformulações, das quais serão destacadas algumas, buscando se adequar às reformas educacionais que se processaram durante mais de sete décadas.

Com o Parecer nº 251/62, do Conselho Federal de Educação (CFE), estabeleceu o Currículo Mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia mantendo a divisão entre o bacharelado e a licenciatura. No mesmo ano, o Parecer nº 292/62 do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi excluída a organização que definia três anos para o bacharelado e mais um ano destinado à disciplina de Didática para ser licenciado, passando esta disciplina a ser ministrada de forma concomitante. Em 1969, nova alteração do curso, agora, com a fixação dos mínimos de conteúdo e duração.

Nos anos 1970, após a Lei nº 5.692/71 que tornou obrigatória a escolaridade de primeiro grau para todas as crianças de 7 a 14 anos (BRASIL, 1971), houve uma expansão de escolas públicas no Brasil, sendo necessária a formação, em curto prazo, de um maior número de professores para atuar no primeiro grau, assim como de supervisores, diretores de escola e orientadores educacionais, cuja formação inicial exigida envolvia o curso normal, em nível do então segundo grau, e o curso de Pedagogia, em nível superior, com base na legislação que determinava que esses profissionais deveriam ter formação específica para o exercício da função.

Ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, verificaram-se vários debates promovidos pelo movimento pró-formação do educador que refletiam sobre o quadro educacional brasileiro, tendo em vista o longo período de ditadura militar e o descrédito nas instituições que representavam o poder instituído.

Segundo Pisaneschi (2008) e Rocha (2014), inúmeras são as produções que têm demonstrado a fragilidade da Pedagogia em formar bem os futuros mestres. Inúmeras, também, são as indicações de que essa fragilidade repousa no perfil ambíguo e na falta de especificidade que o curso tem assumido desde a sua criação. Para alguns pesquisadores, como Gadotti (1978), Mello et al (1983), Brito (1989) e Gatti (1997), essa falta de especificidade tem levado o referido curso a não cumprir com qualidade, nenhuma das várias funções que lhe foram atribuídas ao longo da sua história:

Os cursos de Pedagogia não têm conseguido criar e difundir um saber crítico que forme educadores para atuarem quer como professores do curso normal, quer como professores das séries iniciais do 1º grau, ou ainda como especialistas



Para Pisaneschi (2008) e para Rocha (2014), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, quando atrelou a formação dos professores das séries iniciais da educação básica à criação do Instituto Superior de Educação e, posteriormente, ao Curso Normal Superior, o fez como uma tentativa de romper com a indefinição do curso de pedagogia que nem bem formava o professor, nem bem, o especialista. Entretanto, reconhece a autora, que tais medidas provocaram alvoroço no meio científico-acadêmico, intensificando os embates e as disputas políticas em torno dos destinos do Curso de Pedagogia. Essa situação de disputa pode explicar o fato das Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas para o Curso de Pedagogia só serem instituídas dez anos depois da Lei 9394/96.

A Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006, em seu artigo 5º define que o Pedagogo deve estar apto a:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Parece evidente que as atribuições exigidas aos egressos do Curso de Pedagogia são extensas e variadas, sinalizando as dificuldades que o curso apresenta em subsidiar, especificamente, a atuação do gestor escolar.

### **Gestão empresarial e gestão escolar: aproximações e distanciamentos**

Não é difícil perceber que questões relativas à administração de empresas sempre se fizeram presentes na administração escolar, sendo essa última, como argumenta Félix (1984), encarada como desprovida de um corpo teórico. Para a autora, esse perfil assumido pela administração escolar, assim como pelo sistema escolar brasileiro como um todo estiveram, desde sua origem, vinculados à evolução do sistema capitalista.

Sobre essa identificação entre administração escolar e empresarial Felix (1984, p. 71) afirma,

[...] administração escolar não constitui um corpo teórico próprio e no seu conteúdo podem ser identificadas as diferentes escolas da administração de empresas o que significa uma aplicação dessas teorias a uma atividade específica neste caso a educação.

Segundo a autora houve a transferência da teoria empresarial para o interior

das escolas, as quais foram marcadas pela administração científica do trabalho, desenvolvida por Taylor e Fayol. A partir destes, as escolas passaram a ser compreendidas como organizações promotoras de eficiência e produtividade.

Nesse sentido, Felix (1984, p. 73), revela dois aspectos a serem considerados: o primeiro é que as organizações empresariais e educacionais têm estruturas semelhantes, podendo ser administradas pelos mesmos princípios. O segundo, parte da convicção de que a organização escolar e o sistema educacional como um todo, para

[...] adequar-se às condições sociais existentes e atingir os objetivos que são determinados pela sociedade, necessitam assimilar métodos e técnicas de administração que garantam a eficiência do sistema, justificando assim a sua própria manutenção.

Uma educação que surgiu no seio da sociedade moderna, atrelada ao ideário burguês, traz em si uma contradição latente: de um lado; proclama a liberdade como princípio supremo, de outro, aprisiona os homens à reprodução de uma sociedade que é, por excelência, uniformizante. Tal contradição coloca a educação numa esfera, eminentemente, política o que significa.

Uma gestão democrática não se esgota nas determinações legais, sejam elas quais forem. Sua constituição, no ambiente educacional, só pode ocorrer nas relações que são construídas diariamente entre os diferentes sujeitos. É nessa perspectiva que tomamos a gestão de pessoas, como um movimento processual e político que envolve a participação como elemento fundamental das relações estabelecidas no interior dos espaços escolares.

Entretanto, a gestão da escola não se esgota no atendimento ao princípio da gestão democrática.

Segundo Ramal (2013, p. 18) a gestão pode ser definida como

[...] conjunto de princípios, procedimentos, técnicas e instrumentos que buscam garantir a implementação daquilo que é planejado para que o projeto se concretize, podendo-se, assim, converter algo idealizado em realidade tangível e concreta.

Tal conceituação situa a gestão no rol dos procedimentos lógicos que têm no planejamento e no controle dos processos, os elementos fundamentais para se atingir objetivos institucionais. Esses elementos implicam a gestão de pessoas, de processos e de recursos, o que, no caso da instituição escolar, envolve desde o sistema em que a instituição está inserida, até as relações com a comunidade do seu entorno.

Para Kanaane et al (2010), o exercício da gestão pressupõe o conhecimento do ambiente interno de uma determinada organização, sendo imprescindível conhecer a sua missão, sua visão e seus valores, características essas, que justificam o porquê de sua existência, ou seja, a sua finalidade. Esse conhecimento permite cuidar da gestão dos recursos e processos, mas também contribui para a gestão de pessoas.

No caso da escola, essa gestão tem uma dimensão ampliada pelas relações que desenvolve junto à comunidade, no atendimento às expectativas de escolarização e qualidade social da educação oferecida.

O exercício da gestão de pessoas em perspectiva democrática vincula-se a um determinado projeto de sociedade e de educação que considera os diferentes sujeitos que convivem nos ambientes escolares como portadores de histórias pessoais e sociais que precisam ser consideradas. Como afirmam Gryzybowski (1986, apud Frigoto, 1996, p. 134):

A educação é antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de 'saber social' (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais.

Vitor Paro (2006) lembra que a gestão democrática da escola pública acaba sendo considerada, muitas vezes, como uma utopia, dadas as dificuldades existentes em torno da construção de uma participação efetiva dos diferentes atores sociais que vivenciam o universo escolar no seu cotidiano. E acrescenta:

A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola.

Ao conceber a gestão democrática como um exercício político não podemos desconsiderar, entretanto, a importância que os elementos pedagógicos fornecem ao exercício profissional do diretor escolar. Nesta perspectiva que concebe a educação em sua dimensão político-pedagógica é que situamos o papel assumido pelo curso de Pedagogia.

Criado para formar especialistas que ocupariam cargos da administração pública educacional, o curso de Pedagogia acabou, ao assumir também a formação dos professores dos anos iniciais da escolarização, tendo sua finalidade, ainda mais ampliada pela atual legislação (Resolução CNE/CP 01/2006), fragmentando, sobremaneira, a formação do pedagogo.

As entrevistas apresentadas e analisadas a seguir revelam a dimensão dessa fragmentação.

## **Apresentação e análise dos Dados**

Gatti e Barretto (2009) analisaram 71 cursos de Pedagogia onde foram listadas

3.513 disciplinas: 3.107 obrigatórias e 406 optativas. A tabela 2 mostra que, do total de disciplinas obrigatórias, apenas 4,5% são voltadas à gestão escolar, levando a concluir que o profissional sai pouco preparado para gerir uma escola.

<b>Categorias</b>		<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Fundamentos teóricos da educação</b>	Fundamentos teóricos da educação	701	22,6
	Didática geral	106	3,4
	Subtotal	807	26,0
<b>Conhecimentos relativos aos sistemas educacionais</b>	Sistemas educacionais	165	5,3
	Currículo	158	5,1
	Gestão escolar	140	4,5
	Ofício docente	19	0,6
	Subtotal	482	15,5
<b>Conhecimentos relativos à formação profissional específica</b>	Conteúdos do currículo da educação básica (infantil e fundamental)	232	7,5
	Didáticas específicas, metodologias e práticas de ensino	643	20,7
	Tecnologia	22	0,7
	Subtotal	897	28,9
<b>Conhecimentos relativos às modalidades e níveis de ensino</b>	Ed. especial	118	3,8
	EJA	49	1,6
	Ed. infantil	165	5,3
	Contextos não-escolares	16	0,5
	Subtotal	348	11,2
<b>Outros saberes</b>		173	5,6
<b>Pesquisa e TCC</b>		217	7,0
<b>Atividades complementares</b>		183	5,9
<b>Total</b>		<b>3.107</b>	<b>100,0</b>

Tabela 2 Disciplinas Obrigatórias do Curso de Pedagogia

Fonte: GATTI, Bernardete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Brasília: Unesco, 2009.

## O que revelam as entrevistas

As entrevistas realizadas para esta pesquisa tiveram como mote questões relativas aos desafios enfrentados pelas gestoras no cotidiano escolar, especialmente, no que diz respeito à gestão de pessoas numa perspectiva democrática e, às contribuições que Curso de Pedagogia forneceu a essas profissionais para desenvolverem esse trabalho.

Das três diretoras entrevistadas, duas disseram que a licenciatura em pedagogia contribuiu, muito pouco para a sua atuação profissional. Afirmaram que as distâncias existentes entre o que se vê na formação e a prática são imensas.

Ao serem perguntadas a que atribuíam essa distância, responderam que o curso é amplo e muito superficial. Ambas afirmaram, também, acreditar que os profissionais que elaboraram as Diretrizes Curriculares do Curso não devem ter uma dimensão da realidade da escola básica.

Uma das diretoras entrevistadas é coordenadora do Curso de Pedagogia de uma Universidade bastante conceituada. Essa profissional relatou acreditar nas



potencialidades formativas do curso, mas que reconhece que os desafios da profissão, no seu dia-a-dia, são complexos e que a prática é fundamental para o amadurecimento profissional.

As três diretoras foram unânimes ao referirem-se aos desafios de se construir, no ambiente escolar, relações que sejam realmente democráticas. Elas defenderam a ideia de que essa construção requer uma disposição constante por parte de todos os sujeitos envolvidos nesse processo, tarefa que consideram a mais difícil no exercício profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto anteriormente, o estudo teórico-documental associado às considerações feitas pelas entrevistadas revelaram que, apesar das constantes revisões pelas quais o Curso de Pedagogia tem passado nos últimos anos, a sua identidade continua ambígua. Essa ambiguidade está relacionada ao seu histórico de constituição.

A preparação de pedagogos para a gestão de pessoas e do ambiente escolar em perspectiva democrática, tal como prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor, ultrapassa os limites da formação inicial, encontrando no cotidiano escolar e nas relações estabelecidos entre as escolas e seu contexto social, seus maiores interlocutores para o desenvolvimento desse profissional.

Dessa forma, a constituição do exercício profissional do diretor de escola numa perspectiva democrática configura-se como uma dimensão pedagógica que não pode ser desvinculada da esfera política de sua formação, mas também envolve uma formação inicial que preveja conteúdos necessários à prática da gestão. As Diretrizes Curriculares Nacionais precisam ser revistas nessa direção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2016

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE 251/62. Currículo Mínimo e duração do curso de Pedagogia. In: **Documenta 11**, jan. fev. 1963, p. 59-65.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE nº 292/62. **Documenta 10**, dez. 1962

BRITO. R. L. G. L de. O professor profissionalizante da Habilitação Específica de 2º grau para o magistério e a democratização do ensino. **Dissertação (Mestrado)** – Pontifícia Universidade Católica,

São Paulo, 1989.

FELIX, Maria de Fátima Costa. **Administração Escolar: Um Problema Educativo ou Empresarial**. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do Capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1978.

GATTI, B. A. **Formação de professores e carreira: Problemas e Movimento de Renovação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

GATTI, Bernadete Angelina (Coord.); BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: Unesco, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M.G. (orgs.). **Gestão Pública. Planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

MELLO, G. N. de et al. As atuais condições de formação de professor de 1º grau. São Paulo: **Caderno de Pesquisa da fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 45, 1983.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

PISANESCHI, L. S. C. O Instituto Superior de Educação no contexto de produção dos ambientes institucionais de formação dos professores das series iniciais: uma abordagem histórica. **Dissertação (Mestrado)** – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RAMAL, A. (org.) **Gestão Escolar: perspectivas, desafios e função social**. Rio de Janeiro: LTC, 2013

SINESP (2016). **Retratos da Rede**. Disponível em: <http://www.sinesp.org.br/index.php/9-aconteceu-no-sinesp/828-retrato-da-rede-2016-mostra-deterioracao-em-ambientes-e-equipamentos-na-rme>. Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

VIANNA, I. O. A. **Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo: EPU, 1986.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papirus, 1997

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-233-3

